



O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O "PACOTE" DO GOVERNO FEDERAL PARA AS IFES

(comentários das reuniões com interlocutores do governo)

A título de Análise da Conjuntura

Inicialmente, em relação à crise econômica mundial, percebe-se que com as ajudas a bancos e corporações, que chegaram em alguns casos a trilhões de dólares, os estados nacionais conseguiram conter a velocidade com que o sistema financeiro vinha sendo atingido. No entanto, foram mantidas as condições que já estavam postas na crise que se instalou no final de 2008 e os seus efeitos continuam a infligir perdas e danos significativos para os trabalhadores, incluindo demissões em massa. No Brasil, mesmo com o socorro aos setores mais imediatamente atingidos, o impacto sobre a atividade econômica atinge praticamente todos os setores da vida do país. A expectativa de uma crise longa e profunda permanece, apesar das tentativas de governos e da mídia em tentar passar um quadro de que "o pior já passou".

As lutas de resistência, por parte dos trabalhadores, se mantêm e em alguns casos elas foram capazes de dar repostas importantes. Os movimentos de resistência em Honduras e no Haiti são exemplos mais agudos hoje na América Latina, mas no Brasil temos visto também ações importantes nesta contracorrente. As manifestações contra o PL 092, incluindo a passeata promovida por entidades dos trabalhadores e com a participação do ANDES-SN, em Brasília, acabaram levando ao recuo, ao menos temporário, por parte do Governo. As manifestações do último dia 14 de agosto, em todo o Brasil, contra as demissões e os demais efeitos da crise sobre os trabalhadores, foram exemplos mais recentes destas ações. No Congresso, as disputas, já visando as eleições de 2010, expõem uma crise dentro da classe governante, resultando em mudanças na base do Governo que devem ser mais bem avaliadas.

Premido por esta conjuntura, o Governo Federal acelera a implementação de reformas que reestruturam o estado à feição do capital. O Ministério do Planejamento (MPOG) se empenha em formular normas que regulamentem e em muitos casos suprimam os direitos dos servidores públicos. No Parlamento, diversas normas que garantem o serviço público voltado para a população são alvos de revisão, no sentido de reduzir ou suprimir a ação do estado nestes serviços. MEC e MPOG, com a colaboração estreita da ANDIFES, tentam empurrar normas que quebram a Dedicção Exclusiva nas IFES e que podem, se implementadas, comprometer definitivamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disto, se tenta alterar a carreira docente e, de forma articulada, diversos reitores tentam estabelecer processos estatuintes e de reformas administrativas, que caminham no sentido do desmonte do serviço público e da mercantilização destes serviços, com um descompromisso cada vez maior por parte do estado.

Continua clara a intenção do Governo ao implementar programas como o REUNI, ignorando a autonomia universitária, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e realizando uma expansão precarizada. Tenta-se separar ainda mais os espaços de ensino (transformá-los em escolões) dos espaços dedicados à pesquisa, projetados como "centros de excelência" e cada vez mais vulneráveis às investidas (e controle) mercantis. No

entanto, o significativo aporte de recursos que vem sendo promovido pelo Governo, neste momento, cria uma “cortina de fumaça”, mascarando a profundidade com que estas mudanças irão afetar o ensino superior.

A análise feita pelo ANDES-SN e em particular pelo Setor das IFES, nos últimos meses, se mostrou acertada e deve ser mantida, mesmo com as dificuldades, detectadas pelo Setor, de mobilização da nossa base. Além da “cortina de fumaça” já mencionada, estas dificuldades devem ser ponderadas também com o atraso de retomada do período letivo, visto em muitas IFES. Os encaminhamentos aprovados nas últimas reuniões do Setor e no 54º CONAD precisam ser implementados, como forma de nos contrapormos a este quadro. É preciso trabalhar no sentido de levar cada vez mais informação qualificada para o conjunto docente; fazer o embate ideológico e desvendar o que esta por trás das políticas que vêm sendo desenvolvidas.

A aliança entre Governo e ANDIFES, embora não se constitua em fato novo, tem sido determinante para avançar com estas políticas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior. Assim, além das atividades nacionais, como atos em Brasília, deve-se prosseguir e intensificar as ações locais, como a construção de pautas locais, cobrando o posicionamento das reitorias e lutando para que estas se comprometam com as posições do movimento. Estas ações devem ser priorizadas pelas Seções Sindicais, buscando, sempre que possível, a interlocução e parceria dos segmentos dos estudantes e dos técnicos-administrativos.

1- Sobre a correção das distorções decorrentes dos acordos, da MP nº 431 e da Lei nº 11.784/2008

O Governo não reconhece que tenha havido distorções, mas insuficiências nos entendimentos entre as entidades que assinaram os acordos (leia-se Proifes), aspectos que podem ser aprimorados. Enfatizou que chamar de distorções não é uma boa forma de viabilizar e contribuir para o debate. O Proifes declarou que tem agenda e que não quer discutir distorções e chamou a atenção para voltar à pauta da reunião. A representação do ANDES-SN afirmou que independente da denominação que se dê, os docentes não podem ser penalizados e que é preciso resolver questões pendentes provocados pelas medidas já tomadas e perguntou quando isso poderá ser feito. A posição do Ministério é que a prioridade no momento são os projetos, mas que as reuniões poderão continuar acontecendo.

2 Carreira única

O ANDES-SN insistiu na necessidade de trabalhar o tema com a perspectiva de uma carreira única para as IFES, na medida em que se entende o trabalho docente como de mesma natureza independente dos níveis de ensino onde ele se desenvolve. O Secretário Duvanier afirmou que a linha do Governo é a de trabalhar com duas carreiras e que a Carreira do EBT já está definida e que o projeto é de aproximá-las. Que há impedimentos legais de trabalhar com a mesma nomenclatura (denominação de classes), embora busque a equalização das estruturas salariais. O representante do MEC referiu que há da parte do MPOG o entendimento de que as instituições de ensino, onde o trabalho docente se desenvolve, têm finalidades particulares, o que remete para a existência de diferenças entre a docência de ensino superior e a do ensino básico, técnico e tecnológico. A representação do ANDES-SN refutou esse posicionamento e apresentou situações em que há trabalho sendo conduzido pelos docentes das duas carreiras no ensino superior e/ou no ensino básico, não cabendo diferenciar a natureza do trabalho docente. O Secretário afirmou que o ANDES-SN tem que resolver essa questão com o MEC, não lhe cabendo interferir. Na oportunidade a representação do ANDES-SN denunciou, ao representante do MEC, a indisponibilidade desse Ministério para receber o Sindicato, apesar das reiteradas solicitações que apresentou ao Ministério.

O Proifes afirmou que sua proposta atende a perspectiva do Governo e que a tabela que

apresenta vale para ambas as carreiras, voltando a consultar o Secretário quanto à possibilidade de se dar a mesma denominação às classes. O Secretário voltou a dizer que há impedimentos para isso.

Para a última reunião com os interlocutores do governo, a representação do ANDES-SN levou as recomendações do Setor das IFES, que são:

1. Solicitar clareza no método de trabalho na negociação da carreira quem participa, qual o cronograma, qual o compromisso assumido pelo governo e pelas entidades. Solicitar a presença do MEC nas negociações.

2. Definir que 20, 40, DE e titulação devem ser regimes de vínculo e a cada qual deve corresponder uma remuneração global (uma linha no contracheque).

3. Quanto à transposição, deve-se estar atento pois seja qual for o resultado da negociação todos os ativos e aposentados devem ser enquadrados na mesma posição correspondente de cima para baixo da nova carreira.

4. Priorizar a correção das outras distorções introduzidas com a MP, fruto do acordo entre o governo e o Proifes, conforme a proposta do Sindicato expresso na pauta da Campanha das IFES 2009.

5. Questionar a abordagem fragmentada e parcial da concepção de carreira, onde não aparecem referências a um Plano Nacional de Capacitação.

Nessa última reunião (dia 03/09), o Secretário, além de reafirmar a proposta de reestruturação da carreira do ensino superior, com a criação da classe de professor sênior, composta de quatro níveis e introduzida no topo da carreira, apresentou também a proposição de criar dois adicionais de remuneração por curso de pós lato sensu e preceptoria médica -, bem como a proposição de estabelecer a remuneração do docente por projetos. Nesse sentido, o Proifes manifestou apoio ao projeto do governo.

Ao final da reunião, o representante do MEC explicitou que o Governo apresentará um pacote de medidas, denominado "Agenda de Autonomia", composto de nove "diplomas legais", tais como: decreto sobre financiamento das IFES; decreto de regulamentação das fundações "ditas de apoio"; regulamentação dos projetos institucionais de pesquisa e extensão; equivalência entre as carreiras; cartão de pesquisador; banco de técnicos equivalentes; regulamentação para apropriação, pelas IFES, de recursos próprios; dentre outros.

3 Situação dos aposentados nas novas carreiras

A questão da transposição dos aposentados foi considerada ao se discutir a questão da progressão dos docentes pela proposta de constituição de uma nova classe (professor sênior). Os representantes do ANDES-SN lembraram que novas distorções podem acontecer, a semelhança do que ocorreu quando da criação da classe de Associado e Especial. A representação do ANDES-SN mostrou também os prejuízos que se apresentaram para os docentes aposentados, que perderam seus posicionamentos na hierarquia da carreira quando comparado a situação de que gozavam quando de suas aposentadorias. Esse fato agora poderá se repetir, o que é inaceitável. O levantamento desse problema levou o Secretário Duvanier a fazer forte e incisivo discurso quanto a não responsabilidade do Ministério do Planejamento com esse segmento docente. Segundo ele, não cabe ao Ministério envolver-se com essa questão. O aposentado, aposentou-se, segundo suas palavras. O ministério tem o dever de se ocupar, de pensar em quem se vincula à produção, como os ativos. O secretário afirmou que a questão dos aposentados não faz parte da agenda de formulação do Ministério do Planejamento. Reafirmou que a sua preocupação é "definir relações com os trabalhadores que constituem a atual força de trabalho, para garantir condições de uma gestão que qualifique o Estado para suas finalidades. Nessa perspectiva, ainda que tenhamos respeito e entendamos os direitos dos aposentados não podemos nos preocupar com quem não trabalha", disse ele.

A representação do ANDES-SN rebateu dizendo que a universidade que temos foi construída por esses trabalhadores. O Secretário voltou a afirmar seu posicionamento e referiu

que não existe mais paridade. Disse que perdemos esse debate, embora sua posição fosse outra. Que esse debate sobre paridade já foi feito e está concluído. Disse ele: “além do que este Governo está em via de construir um Regime Próprio de aposentadoria para os servidores, fazendo a aproximação com os aposentados do Regime Geral, tema que está sendo tratado na atualidade”. O ANDES-SN alegou que estas mudanças não abrangem os que já estão aposentados e que, nesse sentido, era necessário que se levasse em conta essa questão. Mostrando inconformidade com nossa insistência o Secretário voltou a afirmar que a reunião não era o espaço para essa discussão. Concluiu o tema dizendo que tem que se acabar com essa história de que aposentado precisa ficar permanentemente no topo!

O Proifes eximiu-se de manifestação e insistiu para que se voltasse à pauta.

4 A criação da nova classe: Professor Sênior

O Proifes fez uma exposição de sua proposta identificando-se com a proposta do Governo no que refere à equalização das duas carreiras e criação de nova classe.

A representação do ANDES-SN reportou-se ao trabalho que historicamente desenvolve nesse campo e que, para ser um trabalho sério, necessita um processo organizado e amplo de discussão com os atores envolvidos. Portanto, não busca atropelar o processo de construção, na busca de apresentar resultados a qualquer preço. Demarcou ver com preocupação o fato de se apontar para um debate e ao mesmo tempo se introduzir modificações pontuais. Nesse sentido, apresentou o resultado da discussão realizada no Setor das IFES, ocorrido no final de semana anterior. Mostrou como essa nova classe só terá efeitos em 2013/2014 e que, quando isso vier a ocorrer, poderão ocorrer os mesmos problemas já configurados quando da progressão de adjunto para associado, tanto para ativos quanto para a transposição de aposentados, fazendo-se necessário discutir e estabelecer os critérios que prevalecerão.

Embora negando a existência de distorções, o Proifes demandou do Secretário a discussão para “corrigir/melhorar/aperfeiçoar” questões de enquadramento. Sem retificar seu entendimento da inexistência de distorções, o Secretário manifestou a possibilidade de examinar a questão: “vamos avaliar isso!” Indagado sobre quando se poderia analisar essa questão, o Secretário afirmou que: “discutiremos isso na seqüência”, voltando a enfatizar que na próxima semana os projetos sairão do Ministério. Novamente consultado se o resultado das discussões poderia ser aproveitado ainda na elaboração do projeto, o Secretário foi evasivo.

Quanto a tais critérios serem aplicados também aos aposentados, o secretário considerou “pouco provável. “Não faremos discussão retroativa. Não trataremos de enquadramentos passados. O debate deve estar voltado para enquadramento da nova classe que estamos criando. Não reconhecemos passivos”. Outra questão levantada diz respeito ao reajuste da remuneração do professor titular e da nova classe. O Secretário colocou a perspectiva de aproximá-la aos padrões da remuneração da carreira de C&T. Nesse momento, a representação do ANDES-SN, a partir de informações extra-oficiais, de que estava em construção nova malha salarial, indagou do Secretário se isto efetivamente procedia. O Secretário disse que no Ministério do Planejamento isso não ocorria. Se isso fosse verdade, poderia ser em outros Ministérios. Nesse sentido, indagou-se se isto estava ocorrendo no MEC; o representante desse Ministério negou tal situação.

5. Regulamentação do regime de Dedicção Exclusiva

Uma análise mais aprofundada da proposta do Governo está sendo realizada pela Assessoria Jurídica Nacional e tão logo esteja disponível, a ADUA repassará aos sindicalizados.